ALVES, Francisco José. Clubes da Diamba: nota etno histórica sobre o uso grupal da maconha no Brasil da primeira metade do séc. XX. *Cadernos UFS História*, São Cristovão, n. 5, p. 93-101, Janeiro/Dezembro 1997/2003.

RESUMO

A comunicação analisa o uso grupal da maconha no Brasil, da primeira metade do século XX, tomando como etnografia os relatos de médicos e folcloristas sobre os "Clubes da diamba". O estudo procura caracterizar a existência destes grupos informais: a sua composição social, sua geografia, folclore, origens e significação sócio-cultural.

Palavras-chaves: maconha, século XX, "Clubes da Diamba".

"Nas cidades os viciados elegantes absorvem o ópio, a cocaína, a morfina; por aqui há pessoas que ainda fumam a liamba" Graciliano Ramos "Traços a esmo". O Índio, Palmeiras dos Índios (AL), abril de 1921, *Apud*: Linhas Tortas. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 82.

A maconha é uma droga de extenso uso em alguns segmentos da sociedade brasileira contemporânea.⁽¹⁾ Introduzida no Brasil com os negros escravizados, ela foi, até os anos cinquenta do século XX, usada sobretudo pelos

* Comunicação apresentada na XX Reunião Brasileira de Antropologia - GT. "Aspectos sócio-culturais do uso de substâncias psico-ativas" - Salvador-BA, 14-18 abril 1996.

** Doutor em História Social pela UFRJ, Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília e Professor do Departamento de História da UFS.

(1) O sociólogo Jean BAUDRILLARD vê no atual abuso de drogas um contraponto à ordem social voltada para fins transcendentais e futuros. No seu ver, a droga é "um tipo de utopia realizada". O uso abusivo de substâncias psico-ativas é a resposta a "super racionalização do sistema". Os usuários de drogas, na verdade, reagem ao "excessivo controle político e biológico do corpo social ou do organismo humano". Para BAUDRILLARD o incremento do abuso de drogas é um sintoma revelador da "necessidade do simbólico", numa sociedade marcada pela hiperacionalização. O abuso destas substâncias reintroduz no social a dose necessária de simbolismo. É o retorno da "parte maldita" que o mundo moderno tentou exorcizar. BAUDRILLARD, Jean. A parte maldita. Correio da Unesco, Rio, nº 9, set. 1987.

estratos marginalizados ou por elementos das classes populares. Com a revolução dos costumes na década de sessenta, a maconha espalhou-se na classe média, sobretudo entre jovens e intelectuais.⁽²⁾

A erva tem ampla circulação entre os diversos segmentos sociais. Ela parece ter aceitação do cimo à base da pirâmide social. Tal uso, amplamente difundido, tem como correlato a persistente repressão policial aliada à difusão de estereótipos negativos forjados pela imprensa. "Maconheiro", para a maioria da população, é sinônimo de marginal. Os jornais se encarregam de associar o uso da maconha a todo tipo de desvio das condutas socialmente aceitáveis.⁽³⁾

Não são muitos, no Brasil, os trabalhos sobre substâncias psico-ativas num enfoque sociológico, antropológico ou histórico. A literatura sobre o assunto é, predominantemente, legal, religiosa ou médica. Na mídia, por exemplo, quando o tema é o tratado, os profissionais chamados a opinar são, quase sempre, advogados, agentes religiosos (pastores, padres, etc.) e profissionais da saúde somática ou psíquica. Predomina o discurso quanto à legalidade/ilegalidade das drogas ou o prejuízos causados por elas. O discurso moral ou médico sobre as drogas é hegemônico. É a voz que se faz ouvir, que se impõe como sendo o discurso verdadeiro e autorizado sobre o fenômeno. Tal quadro tende a modificar-se a partir dos anos 70. Nas três últimas décadas as drogas começaram a ser apreciadas sob um enfoque interdisciplinar. Contra a exclusividade do discurso moralizante (legal, religioso ou médico), surgem vozes dispostas a falar do fato noutro tom.

Assim nas últimas décadas vem sendo publicados trabalhos que enfocam as drogas sob a ótica das ciências sociais. Um marco desta nova visão é a coletânea organizada por Vera Penteadó Coelho, do Museu Paulista. O livro reúne oito ensaios versando sobre o "uso dos alucinógenos entre os índios da América do Sul".⁽⁴⁾ Em 1986 é traduzido o livro de Andrew Weil, "Drogas e estados superiores de consciência". Neste trabalho o autor investiga as razões das pessoas que buscavam a experiência com drogas.⁽⁵⁾

Também nos anos oitenta são lançados depoimentos de intelectuais que fizeram uso de drogas. Este é o caso do poeta francês Jean Cocteau que narra a sua experiência com o ópio. O sociólogo Walter Benjamin descreve suas "viagens" com o haxixe. Os escritores William Burroughs e Allen Ginsberg relatam, através de cartas, as experimentações como Yage.⁽⁶⁾

Em se tratando da maconha, na década de oitenta são publicados alguns estudos significativos. O primeiro é uma tradução do livro de Gincarlo Arnao.

(2) O incremento do uso levou a um movimento pela descriminalização. CF. "A erva não é mais maldita" Veja, SP, nº 1375, p.36-41, 7 fev. 1996.

(3) Ver GIULLO, Carla e VITÓRIA, Gisele. A erva não é mais a mesma. IstoÉ, SP, n.º 1375, p. 36-41, 7 fev. 1996.

(4) PENTEADO, Vera Coelho (org.) Os alucinógenos e o mundo simbólico. SP: EDUSP/EPU, 1976).

(5) WEIL, Andrew. Drogas e estados superiores de consciência. SP: Ground, 1986.

(6) COCTEAU, Jean. Ópio. SP: Brasiliense, 1985; BENJAMIM, W. Haxixe. SP: Brasiliense, 1984; BURROUGHS, W. & GINSBURG. Cartas do Yage. Porto Alegre: LEPM, 1984.

A erva proibida. A obra comenta a vasta bibliografia sobre o assunto além de tratar dos aspectos legais históricos e farmacológico do seu uso. (7) Seis anos após são lançadas duas coletâneas enfocando o tema do ângulo transdisciplinar. Ambas tratam da questão sob o prisma farmacológico, antropológico, histórico e legal. (8) Dentro de uma perspectiva histórica temos o trabalho pioneiro da italiana Elisabeta Romini traçando uma história geral do uso da planta da pré história até os dias atuais. (9)

Esta comunicação tem como objetivo analisar uma fase da história do uso da maconha no Brasil. Quero investigar o uso da planta nas cinco primeiras décadas do século XX, entre os elementos das classes populares. Volto minha atenção para os "Clubes da diamba" - reuniões informais para o uso da erva. Tais grupos foram comuns em diversos estados do Nordeste, na primeira metade do século passado. O interesse médico-policial sobre o assunto encetou a elaboração de muitas pesquisas. Orientados pela premissa "conhecer para combater", os médicos realizaram observações sobre os hábitos de uso, os usuários e os efeitos psicofisiológicos da planta.

O meu fito é fazer, num exercício de etno-história, uma análise do significado sócio-cultural dos "clubes da diamba", seu papel na transmissão de saberes sobre a planta, na constituição de uma poética, enfim, na configuração de uma subcultura.

A etnografia dos "grupos" é tomada a partir dos relatos publicados por médicos e folcloristas. O *corpus* é formado por descrições do fato em Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Alagoas e Piauí: estados do "norte" na nomenclatura da época.

A maconha, no foco das atenções dos médicos, estava no rol das preocupações de controle social das populações marginais, na primeira metade do século vinte. De fato, os cultos afro-brasileiros juntamente com o uso da maconha desencadearam na psiquiatria emergente do Brasil investigações marcadas por evidente ideologia eugenista. É no contexto desta visão que se instala, pelos diversos estados da união, os serviços de saúde mental e de assistência psiquiátrica. (10)

Os "Clubes da diamba" têm sua existência registrada em todo Brasil na primeira metade deste século. Entretanto, é no Nordeste, segundo as fontes, que se tem o paraíso do "fumo de Angola". Testemunhos diversos atestam a precedência nordestina na prática do diambismo. Rodrigues Dória, um pioneiro no estudo do hábito, afirmava já em 1916: "*É principalmente no norte do*

(7) Giancarlo Arnao escreve sobre este aspecto: "o uso voluntário difundiu-se em todo mundo ocidental (apesar de sua ilegalidade), sobretudo a partir dos anos 60..." ARNAO, Giancarlo. A Erva Proibida. SP: Brasiliense, 1980. No Brasil, até a década de 60 o uso da maconha era tido como "hábito (...) só reservado aos marginais de baixa extração social". VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano que não Terminou. RIO: Nova Fronteira, 1988, p.39.

(8) SABINA, Maria. (org.) Maconha em Debate. SP: Brasiliense, 1986; HERMMAN, Antony e PESSOA JÚNIOR, Osvaldo. Diamba sarabamba. SP: Ground, 1986.

(9) ROMINI, E. O barato da história. SP: Escrita, 1983.

(10) CF. COSTA, Jurandir Freire. História da Psiquiatria no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Brasil onde se acha o vício de fumar maconha mais espalhado..."⁽¹¹⁾ Nos anos quarenta, Eleyson Cardoso registrava: "O norte é, sem dúvida, o celeiro da maconha no Brasil..."⁽¹²⁾ Outro texto, publicado em 1945, especificava: "no Brasil é a maconha utilizada do litoral norte desde a Bahia até o Maranhão..."⁽¹³⁾ Conforme as fontes, no Nordeste, Sergipe e Alagoas seriam os principais focos do costume.

Ainda para os anos quarenta temos o minucioso trabalho de Décio Parreiras, "Canabismo ou Maconhismo". Neste artigo o autor faz um levantamento dos municípios nordestinos onde vicejava o hábito de fumar maconha.⁽¹⁴⁾ Os textos destacam, em Sergipe, a cidade de Propriá e, no vizinho estado de Alagoas, Penedo. Na década de trinta, estudando o uso no estado de Pernambuco, Jarbas Pernambucano escrevia: "A maconha vem, na maioria, de Alagoas e Sergipe". Parece incontestado a proeminência sergipana e alagoana no diambismo.⁽¹⁵⁾

Esboçada a geografia nordestina do uso da diamba, vejamos agora o perfil social dos seus usuários. Uma constatação após a leitura dos dados: até os anos cinquenta o uso da maconha foi um hábito popular. Eram dadas ao uso da erva pessoas dos baixos estratos da sociedade e marginais. Jarbas Pernambucano inscreve, dentre os usuários pernambucanos da diamba nos anos trinta, gazeteiros, meretrizes, malandros e barcaceiros.⁽¹⁶⁾ Pelo repertório do estudioso, vê-se que trabalhadores regulares (gazeteiros, barcaceiros) faziam uso da erva e não apenas malandros, como a crônica policial das décadas seguintes fará crer, impingindo o estereótipo do maconheiro malandro, avesso ao trabalho. Um relato do estado do Pará (anos quarenta) elenca, dentre os adeptos do uso da erva, pescadores, estivadores, lavradores e operários.⁽¹⁷⁾ Vê-se que o hábito atravessa fronteiras de ocupação e se configura como costume marcadamente popular. A mesma fonte atesta que os diambistas paraenses daquela época "pertenciam em sua totalidade às classes pobres"... Na Bahia, em 1943, Roberval Cordeiro de Farias dizia, peremptório: "Entre nosso povo só fazem uso da maconha indivíduos da classe baixa"⁽¹⁸⁾ Entretanto, no mesmo texto, concede que o uso da erva "já é feito por indivíduos

(11) DÓRIA, Rodrigues. "Os Fumadores de Maconha" In: HENNAN, A. e PESSOA JUNIOR, O. (org) Diamba, Sarabamba. SP: Ground, 1986.

(12) CARDOSO, Eleyson. "Diambismo ou Maconhismo..." In: IGLESIAS, F. de Assis e outros. A Maconha. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.240-248, p.248.

(13) PEREIRA, Jaime. R. "Contribuição para o estudo das plantas alucinatórias, particularmente da Maconha" In: IGLESIAS, F. de Assis e outros. A Maconha. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.146-192.

(14) PARREIRAS, Décio. Canabismo ou Maconhismo... In: IGLESIAS, Francisco de Assis e outros, A Maconha. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.331-386.

(15) PERNAMBUCANO, Jarbas A maconha em Pernambuco. In: FREIRE, Gilberto e outros. Novos Estudos Afro-Brasileiros. Recife: Ed. Massangana, 1988, p.185-191.

(16) ROSADO, Pedro. "O vício da liamba no Estado do Pará" in: IGLESIAS, F. de Assis e outros, A Maconha. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.107-115.

(17) FARIAS, Roberval Cordeiro de "Relatório..." In: IGLESIAS, Francisco de Assis e outros, A Maconha. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.240-248, p.133-145.

(18) MORENO, Garcia. "Aspectos do Maconhismo em Sergipe". In: IGLESIAS, F. de Assis e outros, A Maconha. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.203-216.

de categoria social mais elevada". Segundo o médico baiano, o diambismo era praticado por maloqueiros (menores abandonados), criminosos e presidiários. Não é um quadro diferente o pintado pelo médico Garcia Moreno para Aracaju nos anos quarenta. Segundo ele, o vício da diamba na capital sergipana predomina entre os "maloqueiros" ou "ratos cinzentos" - adolescentes abandonados e delinquentes.⁽¹⁹⁾

Nos anos cinqüenta, o folclorista Alceu Maynard Araújo registra o uso da maconha em Piaçabuçu, entre "*peessoas muito pobres e sem instrução*".

Infelizmente, o etnógrafo não informa sobre o estatuto ocupacional dos usuários. Sendo Piaçabuçu uma vila de pescadores é de se supor que os diambistas fossem dados à pesca.⁽²⁰⁾

Depois da geografia e sociografia do diambismo, voltemos nossa atenção para os "clubes da diamba"- foco do meu interesse nesta nota.

A grande maioria dos estudiosos da maconha falam do uso comunal da erva. Sem negar a existência de usuários individuais, as fontes evidenciam o uso da diamba como prática grupal. Um dos primeiros registros deste costume refere-se a Propriá-SE, em pleno século dezenove: Rodrigues Dória relata que, na sua infância, assistiu na sua terra natal a uma reunião destes "clubes". O médico fixa os elementos recorrentes: o uso comunal da maconha através da "marica", o "duelo poético" ou louvor da erva.⁽²¹⁾

Pelo informe de Dória, pode-se constatar que o diambismo era praticado livremente e em locais públicos. O uso era costumeiro e aceito pela comunidade. É somente a partir dos anos trinta que fumar maconha será objeto de repressão policial. O mesmo Rodrigues Dória registra o uso comunal da diamba entre pescadores sergipanos no início do século XX.⁽²²⁾ Segundo ele, os canoeiros e jangadeiros fumam a erva em grupo. Tais reuniões são chamadas "assembléias". A "marica" é passada de fumante para fumante, os usuários fazem versos sob o efeito da erva.

Ainda para a primeira década do século XX, Francisco de Assis Iglesias traz um relato do uso grupal da maconha no estado do Maranhão. O Autor irá introduzir, na etnografia dos "clubes da diamba", alguns elementos significativos. Os diambistas de Mearim-MA se reúnem aos sábados sob a "presidência" de um diambista mais velho ou de maior ascendência sobre os demais. Depreende-se do relato de Iglesias a configuração do "clube" como institui-

(19) ARAÚJO, Alceu Maynard. Escorço do Folclore de uma comunidade. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1962.

(20) DÓRIA, Rodrigues. "Os Fumadores de Maconha" In: HENNAN, A. e PESSOA JUNIOR, O. (org) Diamba, Sarabamba. SP: Ground, 1986.

(21) IGLESIAS, F. de Assis. "Sobre o vicio da Diamba" In: IGLESIAS, F. de Assis e outros. A Maconha. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.240-248, p.09-21.

(22) PERNAMBUCANO, Jarbas A maconha em Pernambuco. In: FREIRE, Gilberto e outros. Novos Estudos Afro-Brasileiros. Recife: Ed. Massangana, 1988, p.185-191, p.191

ção informal. A figura do mais velho, como detentora de um saber sobre a planta, socializadora da cultura da erva, seus efeitos e propriedades.⁽²³⁾

Quase o mesmo quadro é apresentado por Jarbas Pernambucano sobre Recife nos anos trinta: *"A planta é fumada em reuniões"*- escreve o pesquisador, e em seguida lista os pontos do Recife onde os diambistas se reúnem: largo do Cinco Pontas, Estação Central...⁽²⁴⁾ Pernambucano registra, neste mesmo texto, o uso da diamba em catimbós e caboclos do Recife. O uso ritual da maconha nos cultos afro será, dentre outros, um fator da perseguição policial e do controle psiquiátrico destes cultos. Heitor Peres escreve a respeito do fato: a maconha *"entra no ritual dos cangerês e candomblês"*. Embora seja interessante investigar a presença ritual da diamba nos cultos afro ou ameríndios, aqui nos deteremos nos "clubes", no uso não religioso da erva.⁽²⁵⁾

Maceió também possuía os seus "clubes" de diambistas. Décio Parreiras nos dá, de um deles, um registro quase poético: "no local chamado Lixo, nos arredores de Maceió, em noites escuras, e fugidos da polícia, 'ratos cinzentos' alagoanos se reúnem: cobrem-se até o pescoço com a areia e, no escuro da noite, veêm-se os pirilampos do vício, que são os cigarros da maconha..." Este é um relato dos anos quarenta. Este mesmo autor dá-nos um quadro semelhante para o estado da Bahia à mesma época.

Nos anos cinqüenta, Alceu Maynard Araújo atesta a existência de "reunião de maconheiros" em Piaçabuçu-AL. Os elementos permanecem: loas poéticas, uso da "marica", etc.⁽²⁶⁾

O uso comunal da maconha não é uma exclusividade brasileira ou nordestina. Tem-se notícia da existência de "clubes da diamba" no México e em Cuba.⁽²⁷⁾

Um componente constitutivo dos "clubes de diamba" ou "assembléjas" são, como se viu, as loas. Os médicos e folcloristas recolheram algumas destas cantigas difundidas nos estados nordestinos e também no Pará e na Amazônia. Os versos são, fundamentalmente, louvores à erva. Os usuários cantam as propriedades da planta, e seus efeitos. Aparece o tom lúdico e mesmo

(23) MANUEL Querino (1851-1923), em estudo de 1916, registra o uso da maconha no culto afro da Bahia. Neste trabalho, o pesquisador atesta que "os africanos fumam" a dita erva e esclarece em nota: "Esta planta que no Rio de Janeiro tem o nome de pango, em Alagoas chamam-na - Maconha e na Bahia, Macumba - grifos de M.Q. (QUERINO, Manuel. *A Raça Africana e os seus Costumes*. Salvador: Liv. Progresso, 1955, p.67, nº 01). GILBERTO Freire (1900-1987) no clássico *Casa Grande e Senzala* (1933) informa, apoiado em Manuel Querino, que a maconha foi introduzido no Brasil pelos africanos: "ervas sagradas e para fins afrodisíacos ou de puro prazer". (p.313 e p. 393, nº 73). FREIRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 22 ed. Rio: José Olympio, 1983).

(24) ARAÚJO, Alceu Maynard. *Escorço do Folclore de uma comunidade*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1962.

(25) PEREIRA, Jaime. R. "Contribuição para o estudo das plantas alucinatórias, particularmente da Maconha" In: IGLESIAS, F. de Assis e outros. *A Maconha*. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p. 146-192. PARREIRAS, Décio. *Canabismo ou Maconhismo...* In: IGLESIAS, Francisco de Assis e outros, *A Maconha*. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.331-386.

(26) APÉLUD. MORENO, García. "Aspectos do Maconhismo em Sergipe". In: IGLESIAS, F. de Assis e outros, *A Maconha*. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.207.

(27) MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Folclore da Maconha*. *Revista Brasileira de Folclore*, Rio, n. 16, p.285-300, set/dez. 1966.

irreverente. Às vezes, tomam a feição de um auto elogio do fumante. "Eu sou Enoque afalado..."⁽²⁸⁾ ou: "Nasci prá ser dotô na foia da tiririca". Predomina, no entanto, o elogio da diamba: "...Dirijo é coisa incelente...".⁽²⁹⁾

O hábito de fumar maconha foi introduzido no Brasil pelos negros escravizados.⁽³⁰⁾ Esta é a convicção da maioria dos estudiosos do diambismo no Brasil. Estribando a hipótese da origem africana do uso da diamba há algumas evidências que vale ressaltar.

Em primeiro lugar as pistas linguísticas.⁽³¹⁾ Alguns nomes populares da erva são de procedência africana. Este é o caso do termo "maconha" que, segundo "Aurélio", é uma palavra quimbundo. "Pito de Pango", outra denominação popular da erva é, segundo Décio Parreiras, de origem congolesa: "O pito de pango é expressão africana que lembra algo que provém de Pungo um dos distritos do Congo".⁽³²⁾ Não tive possibilidade de averiguar a existência de uma região do Congo com este nome. Fica, contudo, a pista linguística e geográfica. O mesmo autor se detém sobre nome "fumo de Angola". Renato Mendonça, no seu fundamental *A Influência Africana no Português do Brasil*, apoiando-se em outros dicionaristas, dá pango como sendo "erva, ...da África (*cannabis indica*) de cujas folhas os negros fazem um espécie de fumo para fumar".⁽³³⁾ Por outro lado o costume africano de fumar a diamba é atestado por diversos relatos do século dezenove. Elizabeta Romini reuniu testemunhos por toda África.⁽³⁴⁾

(28) A influência africana no Brasil foi largamente investigada pelos pioneiros da Antropologia Brasileira. Artur Ramos (1903-1949), por exemplo fez um minucioso inventário das "sobrevivências" africanas no folclore. Antes dele Manuel Querino (1851-1924) levantou dados sobre a situação baiana.

(29) RAMOS, Artur. *O Folclore Negro no Brasil*. 2ª ed. Rio: Casa do Estudante do Brasil, 1954.; QUERINO, Manuel. *A Raça Africana e seus Costumes*. Salvador: Liv. Progresso, 1955.

(30) A proeminência do Quimbundo no Português do Brasil é atestada por Renato Mendonça. *A Influência Africana no Português do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: INL, Civilização Brasileira, 1973, p.108-176; Vocabulário, passim. Escreve o pesquisador: "O Quimbundo, pelo seu uso mais externo e mais antigo exerceu no português uma influência maior do que o nagô..." "No vocabulário os termos quimbundos superam e de muito os termos nagôs, de circulação bem mais restrita" (p.41). Segundo ele, o quimbundo teria sido falado como língua geral no Nordeste e no Sudeste. O historiador Robert W. Slenes também defende a tese da existência de uma língua franca entre escravos transportados para o Brasil. Tal língua geral resultaria da fusão de elementos dos dialetos kikongo, kimbundu e ambundu. A língua teria se formado já em território africano quando da prévia reunião dos negros para o transporte negreiro. No Brasil teria funcionado como fator de ligação entre as diversas etnias de origem Bantu. O pesquisador toma como indício expressões africanas existentes no falar do Brasil: malungo, kalunga, etc. SLENES, Robert. W. "Malungo, Ngoma vem!": África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, SP, n.12, p.48-67, dez. 1991 jan/fev. 1992. Ver, sobre a história dos AMBUNDO - etnia da atual Angola, falante do Quimbundo - exportados para o Brasil durante a vigência da escravidão (séculos 16-19): SILVA, Alberto da Costa e. *A Enxada e a Lança*. SP: Editora da USP; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, capítulo 19; BISSIO, Roberto Remo (ed.) *Guia do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1986, p.125-126; Os Reinos Bantos do Congo. ALPERS, Edward A. *Ivory. Slaves in East Central Africa*. London: Heinemann, 1975. GAY, Richard (ed). *The Cambridge History of Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, v.04. Foram os Ambundos que, provalmente, introduziram o uso da maconha no Brasil Colonial. Dois nomes da erva (maconha e pango) são Quimbundo. O "Aurélio" dá como sendo de origem Quimbundu alguns nomes populares da Cannabis como: diamba, llamba, maconha (do Quimbundo Má'Kaña), pango, niamba (variante de Llamba). FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2 ed. RJ: Nova Fronteira, 1986.

(31) PARREIRAS, Décio. *Canabismo ou Maconhismo...* In: IGLESIAS, Francisco de Assis e outros, *A Maconha*. Rio: Ministério de Educação e Saúde, 1951, p.334.

(32) MENDONÇA, Renato. *A Influência Africana no Português do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

(33) ROMINI, Elizabeta. *O Barato da História*. SP: Escrita, 1983.

(34) MUNRO, H.D. "Ritual". In: MITCHELL, G. Duncan (editor). *Novo Dicionário de Sociologia*. Porto; Rés, sd. p. 407-8, p. 407.

Apresentados estes dados sobre os "clubes da diamba" (sua geografia, composição social, as loas da erva e as origens do hábito) tecerei, para finalizar, algumas considerações sobre o significado sócio-cultural destes grupos.

Howard Becker, um pioneiro no estudo sociológico do uso da maconha, acentua que os efeitos da erva, como de qualquer droga, não são meramente uma reação fisiológica no organismo do usuário à ingestão da substância. O contexto é fator importante na configuração dos efeitos da droga. Escreve o sociólogo que um efeito da droga *"está condicionado pelas regras do senso comum do folk ou da ciência profissional"*.⁽³⁵⁾ Os "clubes da diamba" ou "assembléias", ao que parece, veiculam um saber sobre a maconha. É um espaço de socialização. Aqui convém frisar o papel exercido pelo "presidente" da congregação como depositário e repassador de conhecimentos sobre a erva e seus efeitos. A "assembléia" funciona como locus de aprendizado, de iniciação e controle dos efeitos da diamba.

Pode-se encarar o uso da maconha nos chamados "Clubes da diamba" como uma modalidade de ritual. Neste contexto, o uso da diamba segue a princípios pré-estabelecidos. Longe de ser algo aleatório, obedece a padrões culturalmente marcados. É algo que está na ordem dos costumes. Na condição de rito o uso da erva cumpre papéis demandados pela sociedade em que se inserem os "clubes". Como nos lembra H. D. Munro "através de metáforas e metonímias o ritual faz afirmações e permite a exploração de importantes sistemas relacionais no contexto sócio-cultural da experiência".⁽³⁶⁾

Vê-se no ritual do uso coletivo da diamba "um modo de comunicação". É preciso explicitar o que ele "comunica". Em primeiro lugar o ritual da diamba, destacando a precedência do mais velho, reitera a importância social da experiência consubstanciada nas pessoas mais idosas. Como reza o dito popular: "idade é posto". Nos velhos se deposita a tradição, como fator de continuidade social. Outro dado presente nos "clubes" é a valorização do comunitário em derimento do individualismo. O gesto de passar a "marica" ou o cigarro ao companheiro atualiza esta concepção. Fumar a diamba é pôr-se em comunhão com os outros participantes. As "loas" da diamba, por sua vez, manifestam a experimentação da criatividade individual sob o efeito da erva. Como se vê o uso ritual da maconha é polissêmico, pois agrega sentidos diversos e complementares.

As expectativas dos participantes dos clubes, quanto aos efeitos da diamba, são diversificados: euforia, alegria, disposição para o trabalho, loquacidade ou estro poético. As agregações manifestam, deste modo, a polifuncionalidade do uso. Espera-se dela efeitos diversificados. Alguns ligados ao lazer, outros, ao trabalho. Este é o caso dos pescadores sergipanos descritos por Rodrigues

(35) BECKER, Howard. "Consciência, poder e efeito da droga" In: Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p.181-204, p.188.

(36) DÓRIA, Rodrigues. "Os Fumadores de Maconha" In: HENNAN, A. e PESSOA JUNIOR, O. (org) Diamba, Sarabamba. SP: Ground, 1986.

Dória. Eles buscavam na maconha forças para as lides marítimas. ⁽³⁷⁾ Este uso enquadra-se naquilo que V. Rubin classificou como sendo o "filão popular tradicional". Nesta vertente, o uso da planta é multidimensional e multifuncional.

NOTA DE AGRADECIMENTO:

Este texto não se tornaria possível sem ajuda de algumas pessoas. Em primeiro lugar, a mestra e amiga Prof^a Beatriz Góis Dantas que me emprestou grande parte da bibliografia aqui utilizada; o colega do Departamento de História da UFS, Antônio Fernando de Araújo Sá me auxiliou muito indicando e emprestando "O Barato da História, de Elisabeta Romini; Afonso Celso Machado, amigo generoso de Brasília, vasculhou bibliotecas brasilienses buscando etnografias da África Portuguesa. A todos minha gratidão e, como de praxe, lembro que não são responsáveis pelos possíveis erros ou limitações do trabalho.

Aracaju-SE, agosto de 1998.

ENDEREÇO DO AUTOR:

Residencial Mar do Caribe,
Edf. Santa Lúcia apto. 103 - Bairro Coroa do Meio
CEP.: 49.035-660 - Aracaju/SE
Email: fjalves@infonet.com.br

(37) APUD ARNAO, Gincarlo. . A Erva Proibida. SP: Brasiliense, 1980. p.34.